

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LAÍSA RIBEIRO CARDOSO

**SUBSERVIÊNCIA OU CONVERGÊNCIA:** uma análise da política externa de FHC a partir da lente do Realismo Periférico.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Dra. Sandra Aparecida Cardozo.

Uberlândia

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C268 2023	<p>Cardoso, Laísa Ribeiro, 1998- Subserviência ou convergência [recurso eletrônico] : uma análise da política externa de FHC a partir da lente do Realismo Periférico / Laísa Ribeiro Cardoso. - 2023.</p> <p>Orientadora: Sandra Aparecida Cardozo. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Relações Internacionais. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Relações Internacionais. I. Cardozo, Sandra Aparecida, 1972-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 327</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

**SUBSERVIÊNCIA OU CONVERGÊNCIA:** uma análise da política externa de FHC a partir da lente do Realismo Periférico.<sup>1</sup>

*SUBSERVIENCE OR CONVERGENCE:: an analysis of FHC's foreign policy from the lens of Peripheral Realism.*

*SUMISIÓN O CONVERGENCIA: un análisis de la política exterior de FHC a partir de la lente del Realismo Periférico.*

Laísa Ribeiro Cardoso<sup>2</sup>

**RESUMO:** A política externa de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi amplamente debatida e estudada ao longo dos anos. Contudo, como é frequente dentro das Relações Internacionais, os estudos se voltam para análises a partir de teorias *mainstream*, assim nota-se a importância de estudar a política externa brasileira a partir de lentes diferentes, com propostas para além das teorias anglosaxãs. Ademais, a escolha pela teoria argentina do Realismo Periférico se justifica por, além de ser uma teoria sul-americana, também possuir uma relação temporal surgindo no mesmo período que o governo escolhido como objeto de estudo. O questionamento que norteia este artigo é se a política externa do governo FHC pode ser analisada a partir dos conceitos do Realismo Periférico. A hipótese a ser comprovada é de que existem elementos para relacionar as ações da política brasileira às propostas da teoria e para tanto utiliza-se fontes primárias e secundárias.

**Palavras-chave:** Política externa brasileira; Governo Fernando Henrique Cardoso; Realismo Periférico.

**ABSTRACT:** The foreign policy of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) has been widely debated and studied over the years. However, as is frequent within International Relations, studies turn to analysis from mainstream theories, so is perceptible the importance of studying Brazilian foreign policy from different lenses, with proposals beyond anglosax

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Contato: ribeiroc.laisa@gmail.com

theories. Moreover, the choice for the Argentine theory of Peripheral Realism is justified by, besides being a Sulamerican theory, also having a temporal relationship arising in the same period as the government chosen as the object of study. The question that guides this article is whether the foreign policy of the FHC government can be analyzed from the concepts of Peripheral Realism. The hypothesis to be proven is that there are elements to relate the actions of Brazilian politics to the proposals of the theory and for that it uses primary and secondary sources.

**Keywords:** Brazilian foreign policy; Fernando Henrique Cardoso government; Peripheral Realism.

**RESUMEN:** La política exterior de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) fue ampliamente debatida y estudiada a lo largo de los años. Sin embargo, como es frecuente dentro de las Relaciones Internacionales, los estudios se vuelven para análisis a partir de teorías mainstream, así se nota la importancia de estudiar la política exterior brasileña a partir de lentes diferentes, con propuestas para más allá de las teorías anglosajonas. Además, la elección por la teoría argentina del Realismo Periférico se justifica por ser, además de una teoría Sulamericana, también poseer una relación temporal surgiendo en el mismo período que el gobierno escogido como objeto de estudio. El cuestionamiento que orienta este artículo es si la política exterior del gobierno FHC puede ser analizada a partir de los conceptos del Realismo Periférico. La hipótesis a ser comprobada es que existen elementos para relacionar las acciones de la política brasileña a las propuestas de la teoría y para tanto se utilizan fuentes primarias y secundarias.

**Palabras-clave:** Política exterior brasileña; Gobierno Fernando Henrique Cardoso; Realismo Periférico.

## 1. INTRODUÇÃO

A década de 1990 é marcada pelo triunfo do capitalismo sobre o socialismo soviético, ocasionando um impulso à globalização em níveis verticais e horizontais. Nesse momento ocorre também um reordenamento das relações internacionais, sendo três fatores em específico as maiores influências dele: a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos (CERVO, 2002). No âmbito interno, o Brasil na década de 1990 se encontrou em uma conjuntura interna de recente redemocratização. Assim,

é em meio a esse contexto que em 1995, assume Fernando Henrique Cardoso, popularmente conhecido como FHC.

O governo de FHC se estendeu de 1995 à 2002, e teve uma política externa amplamente estudada e analisada por especialistas como Tullo Vigevani, Marcelo F de Oliveira, Rodrigo Cintra, Amado Cervo, Luiz Felipe Lampreia, Paulo Roberto de Almeida, Celso Lafer e André Luiz Reis. Ademais, é nela, na política externa do período FHC que se concentram os holofotes deste trabalho.

Amado Cervo (2002), pontua que em meio ao contexto supracitado, a política externa brasileira passou por um encerramento do paradigma chamado *Estado desenvolvimentista* em 1989, seguido por um período de instabilidade entre 1990 à 1995 com frequentes trocas de ministros, até uma maior continuidade sob a gestão do Chanceler Luiz Felipe Lampreia (1995-2000).

Assim, o governo de FHC seguiu um novo paradigma chamado *Estado normal*. Para Cervo (2002) tal Estado era uma invenção latino-americana da década de 1990 e tinha como uma de suas principais características a subserviência aos centros hegemônicos de poder. Para além do Brasil, governos latinoamericanos da década como da Argentina, Peru e México, entre outros, aspiravam a serem governos *normais*. No caso brasileiro, assim como no argentino, a emergência do Estado normal nas estratégias de relações exteriores, tinha como impulso a ideia de mudança.

Já na concepção de Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), a política neste momento foi caracterizada pela ideia de autonomia pela integração. Neste sentido, a equipe de FHC buscava por meio da participação nos assuntos internacionais elaborar um regime internacional favorável aos interesses brasileiros. Para o governo, a promoção do país e sua adesão aos regimes internacionais, proporcionando uma convergência da política brasileira às tendências mundiais, deveria ser entendido como um comportamento que buscava evitar o isolamento brasileiro frente ao *mainstream* internacional.

Ademais, como supracitado, o governo de Fernando Henrique compartilhou com a Argentina o período temporal do governo de Carlos Menem. Ambos, como abordado por Cervo (2002), buscaram uma mudança na política externa. Contudo, é apenas no segundo que se desenvolve uma nova teoria das Relações Internacionais, o Realismo Periférico.

Uma discussão introdutória nos estudos das Relações Internacionais e seu campo de conhecimento, tem sido a predominância de epistemologias, teorias e metodologias produzidas em sua maioria nos Estados Unidos, e que são utilizadas para interpretar

realidades distintas daquelas em que foram formuladas originalmente (HOFFMAN, 1977; TICKNER, 2003; ACHAYRA; BUZAN, 2010; TICKNER; INOUE, 2016).

Logo, percebe-se a necessidade de pensar as relações internacionais de países periféricos como o Brasil, a partir de pensadores com proposta fora das correntes teóricas *mainstream*<sup>3</sup>. O Realismo Periférico, pensado originalmente como uma doutrina normativa para a Argentina e, posteriormente, desenvolvido como uma teoria explicativa para “Estados Débiles” (ESCUDE, 2012, s/p), ocupa nesse cenário uma interessante forma de se pensar a política externa de vizinhos a seu país de origem. Isto posto, o objetivo deste trabalho se concentra na análise da política externa do período de Fernando Henrique Cardoso, à luz do Realismo Periférico.

Portanto, questiona-se: se é possível analisar a política externa de FHC à luz dos conceitos propostos pelo Realismo Periférico? A hipótese aqui apresentada é de que a política externa de 1995 à 2002, subserviente para uns e apenas convergente para outros, possui elementos que podem ser lidos a partir da lógica do Realismo Periférico. Existiria, portanto, um cálculo das ações brasileiras no cenário internacional considerando sua posição de periférico. Ao optar por convergir aos regimes internacionais, o Brasil visou aumentar sua participação internacional por meio de fóruns e instituições internacionais, mantendo um significativo alinhamento aos interesses de grandes potências.

Ademais, no âmbito metodológico será feita uma revisão bibliográfica, juntamente com a utilização do método hipotético-dedutivo. O artigo terá a seguinte estrutura: apresentação, contextualização e conceituação do Realismo Periférico; contextualização e caracterização da política externa do período Fernando Henrique Cardoso; contextualização de três casos específicos, identificação de elementos da política externa destes casos a partir leitura pela lente do Realismo Periférico; e por fim, conclusão.

## 2. SURGIMENTO E CONCEITOS DO REALISMO PERIFÉRICO

Para compreender o Realismo Periférico em si, verifica-se a necessidade de contextualizar o período de seu surgimento, tendo em vista que o cenário interno argentino teve relação direta com o pensar relações internacionais para além das correntes *mainstream*. Posterior a essa contextualização, será apresentado o surgimento do pensamento do Realismo Periférico, suas bases normativas e consequente transformação em bases teóricas.

---

<sup>3</sup> Teorias produzidas no eixo anglo-saxão como por exemplo: Realismo Clássico, Neoliberalismo, etc.

## 2.1 Argentina na década de 1990

A compreensão do comportamento da política externa argentina da década de 1990, e o porque esta é considerada uma quebra com os padrões de relações externas anteriores, é atrelada à trajetória percorrida pelo país e suas relações com grandes potências ao final do século XIX até meados do século XX.

Durante esse período, a Argentina tomou inúmeras posições de neutralidade ou discordância às expectativas de grandes potências, em especial os Estados Unidos. Entre os momentos marcantes das relações conflituosas com grandes potências, estão a rechaça a Doutrina Monroe<sup>4</sup>, a declaração de neutralidade durante as duas Guerras Mundiais, desavenças com países vizinhos como Chile e Brasil, e a Guerra das Malvinas. A neutralidade argentina durante as duas guerras mundiais no início e meados do século XX, representou em especial um importante momento de desgaste das relações Argentina-EUA, por se tratar de uma “recusa” direta aos anseios da maior potência regional americana. Já a Guerra das Malvinas (1982), empreitada militar promovida durante a ditadura argentina com o objetivo de posse do referido território, foi um capítulo de significativo desgaste da imagem argentina, dessa vez para com outra grande potência, o Reino Unido (CARVALHO, 2010).

Avançando temporalmente, a ditadura militar (1976-1983) chegava ao seu fim, e o governo argentino havia levado o país para uma guerra frustrada com o Reino Unido. Além disso, havia desencadeado sanções econômicas pela guerra e por atos de terrorismo de Estado contra opositores, com um número de vítimas estimado em 30 mil, somado a um desgaste por disputa territorial com seu vizinho Chile e desavenças com o Brasil (ROCHA, 2015).

Posteriormente, no início da década de 1990, o cenário internacional foi tendencioso para que diversos países passassem por reformas de mercado associadas a mudanças de condutas em sua política externa. Nesse ínterim, há um entendimento generalizado de que a adesão aos princípios neoliberais de liberalização econômica, teriam como resultado a reversão dos efeitos negativos da globalização, sendo este um discurso recorrente em países da América Latina (CARVALHO, 2010).

É no contexto supracitado que a Argentina colocou em prática uma nova abordagem para sua política externa. No governo de Carlos Saúl Menem (1989-1999), o objetivo da nova política exterior foi de rompimento com os antigos padrões argentinos, deixando para trás o

---

<sup>4</sup> A Doutrina Monroe foi lançada no ano de 1823 mediante discurso do Presidente James Monroe, e consistiu em uma política unilateral que veio a justificar a intervenção dos EUA no caribe (PECEQUILO, 2014).

caráter confrontacionista pelo qual a nação era conhecida e inseri-la no denominado Primeiro Mundo. Por meio de um significativo alinhamento as grandes potências, o governo em questão visou obter apoio nas negociações com bancos credores e com bancos de capital privado. Em suma, o intuito era adquirir maior poder e capacidade de diálogo em fóruns internacionais, em especial de caráter econômico, e efetuar as reformas necessárias para a abertura econômica do país (BOLOGNA; BUSSO, 1998; CARVALHO, 2010).

A política externa argentina esteve sob a responsabilidade do Ministério de Relaciones Exteriores e de Culto<sup>5</sup> e do chanceler Guido di Tella (1991-1999). Contudo, apesar da importância decisiva da chancelaria para o papel que o plano internacional teria sobre a política econômica e a reforma do Estado, o Ministério das Relaciones Exteriores não teve participação no processo de tomada de decisões, sendo apenas uma via de implementação (GOSENDE, 2007).

Foram então os precursores do Realismo Periférico, os principais responsáveis pelo desenho do novo projeto de política externa do governo, com o objetivo de fomentar uma nova estratégia para a Argentina, permitindo um crescimento e desenvolvimento econômico do país. Tal grupo, apresentou como argumento a necessidade de governos de países de terceiro mundo em substituir o modelo de “Estado-centrico”, focado em poder e/ou segurança, por um modelo de “Estado-ciudadano-céntrico”, de caráter econômico (CARVALHO, 2010).

## 2.2 O surgimento do Realismo Periférico

O Realismo Periférico tem autoria do cientista político argentino Carlos Escudé (1948-2021), cuja principal fonte para pesquisa foram arquivos diplomáticos americanos e britânicos. Além disso, para o desenvolvimento desta teoria “experts”<sup>6</sup> acadêmicos<sup>7</sup> concentrados no Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) e no Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN), tiveram participações significativas na formulação e aplicação da nova fase inaugural das relações argentinas com o mundo (ROCHA, 2015; CARVALHO, 2010).

O pensamento proposto tinha como ponto inicial, a noção de que importar os principais conceitos das teorias clássicas das relações internacionais de forma acrítica,

---

<sup>5</sup> No espanhol, Ministerio de Relaciones Exteriores y de Culto.

<sup>6</sup> Em espanhol comumente refere-se a especialistas como “expertos”.

<sup>7</sup> Entre eles Felipe de la Balze, Jorge Castro e Andrés Cisneros.



desencadearia a formulação de políticas exteriores extremistas nos países de terceiro mundo. Portanto, a formulação do Realismo Periférico partiu “da identificação de falácias lógicas em teorias pré-existentes que apesar de aspirar aplicabilidade universal são inadequadas e conduzem ao erro quando utilizadas em países periféricos” (ESCUDE, 2012, p. 38, tradução da autora). Entre as teorias visitadas, o autor elenca: o Realismo Clássico, de Hans Morgenthau; o Realismo Estrutural ou Neorealismo, introduzido por Kenneth Waltz; e o conceito de Interdependência Complexa e o Institucionalismo Liberal, formulados por Robert O. Keohane e Joseph S. Nye (ESCUDE, 2012).

O objetivo na nova teoria então, foi o de formular uma versão corrigida da teoria realista, adequada a países periféricos e com um viés “desenvolvimentista”<sup>8</sup>, sendo a meta o crescimento econômico e capacidade de condução dos governos de países periféricos nas suas relações com grandes potências (ESCUDE, 2012; CARVALHO, 2010).

Partindo disso, em seus passos iniciais, o Realismo Periférico apresentou direções de política externa específicas para a Argentina, sendo quatro pontos a serem seguidos:

1. Alinhamento explícito com o Ocidente, abandonando o Movimento de Países Não Alinhados e redefinindo o perfil de votos argentinos em fóruns internacionais;
2. Restabelecimento de relações cooperativas com o Reino Unido;
3. Ratificação do Tratado de Tlatelolco para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear e
4. Desativação do projeto de míssil balístico Condor II e da sociedade com Saddam Hussein (ESCUDE, 2012, p. 34, traduzido pela autora)

Posterior às diretrizes iniciais apresentadas, o Realismo Periférico continuou sendo pensado e desenvolvido, visando um salto de uma doutrina normativa, para uma teoria explicativa<sup>9</sup>. O esforço de construção da teoria neste momento somente após as implementações das novas políticas de Menem se mostrou metodologicamente oportuno, proporcionando aos seus construtores um ponto de observação privilegiado (ESCUDE, 2012).

Na concepção do Realismo Periférico, a margem para ação de um Estado periférico seria medida por meio “dos custos relativos” junto de uma “liberdade de ação” internacional

---

<sup>8</sup> No espanhol “desarrollista”, para Escudé o termo significa ter como meta o crescimento e desenvolvimento econômico de um Estado periférico.

<sup>9</sup> O debate entre normatividade e explicação de teorias e doutrinas esteve presente no chamado Debate Neo-Neo das Relações Internacionais. A doutrina normativa teria um caráter direcionar e formular normas e/ou passos a serem seguidos na formulação política. Já na teoria explicativa, o objetivo seria explicar os fatos políticos e porquê estes ocorrem (PEREIRA; ROCHA, 2014)

ilusória. Estados como a Argentina, vistos como dependentes e pouco estratégicos no cenário internacional, deveriam evitar confrontos que não estivessem atrelados a assuntos materiais. Ademais, a política externa destes países seria definida não apenas em “termos de custos e benefícios”, mas também por meio de cálculos entre “custos dos riscos” e “custos eventuais” de seus comportamentos no âmbito internacional (CORIGLIANO, 2006; ESCUDÉ, 2009).

A concepção de uma nova agenda de política externa deveria ser pensada como uma política de longo prazo, e pautada em premissas e interesses econômicos. Escudé (2012) aponta quatro racionalidades para o Estado, sendo elas: i. estado-centrada; ii. estadista-centrada; iii. governo-centrada; iv. cidadã-centrada. Partindo disso, a formulação da política externa deveria partir de uma racionalidade cidadã-centrada, ou seja, as políticas deveriam promover o crescimento e desenvolvimento econômico<sup>10</sup> de um país, sendo o objetivo final o de garantir o bem-estar dos cidadãos.

Assim, partindo destas noções, Escudé (2012) propõe as seguintes premissas:

1. Numa democracia liberal, a principal função da política externa deveria ser servir os cidadãos, facilitando o desenvolvimento socioeconômico.
2. Por conseguinte, o desenvolvimento é a própria definição do interesse nacional, sobretudo no caso de um país em desenvolvimento sem ameaças externas credíveis.
3. Por último, os Estados Unidos constituem a limitação externa individual mais importante para a política externa dos países da região latino-americana. Devido à sua capacidade para causar dano (...) é do maior interesse ter boas relações com essa potência, desde que estas boas relações não sejam à custa dos interesses materiais da Argentina (ESCUDÉ, 2012, p. 36, traduzido pela autora)

Ademais, apesar da constante menção a importância do alinhamento a grandes potências, em especial aos Estados Unidos devido a sua posição de destaque na região latinoamericana, percebe-se duas adições ao Realismo Periférico, que moderam as relações País Latino americano x EUA.

O alinhamento proposto pelo Realismo Periférico, e por vezes criticado como automático, tem base na situação Argentina que anterior às mudanças em sua política externa possuía um perfil de votos na Assembleia Geral das Nações Unidas, uma divergência de posições em números próximos a 90%. Já após as reformas na política externa, tal divergência caiu para a casa dos 60%, conotando assim uma moderação em situações de divergência e alinhamento (ESCUDÉ, 2012).

---

<sup>10</sup> O desenvolvimento socioeconômico aqui pode ser entendido a partir do pensamento neoliberal que esteve em seu auge durante a década de 1990.

Além disso, dentre a obra de Escudé (2012), há menções frequentes à importância de boas relações Argentinas com seus países vizinhos próximos, como Chile e Brasil, mas especialmente o segundo. De acordo com ele, as alianças regionais, como com o Brasil, têm caráter estratégico, eliminando a possibilidade de conflitos entre vizinhos, além de representar uma contraposição a aliança de países como os Estados Unidos, especialmente em assuntos comerciais. Neste quesito em específico, o autor exemplifica a preferência argentina e brasileira pelo processo de integração econômica regional por meio da criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em contraposição a recusa de ambos os países pela proposta estadunidense de uma Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA).

### **2.3 Realismo Periférico e Brasil**

Apesar de não possuir um trabalho específico sobre o Realismo Periférico e a política externa brasileira, Carlos Escudé utiliza o Brasil como exemplos e contrastes com aquilo que para ele foi infrutífero na política externa argentina e justificou a necessidade de sua alteração em 180°. De acordo com Escudé (2012), o Realismo Periférico e o comportamento internacional brasileiro teriam correlação significativa em dois pontos específicos.

Para Escudé (2009), a política externa feita por Getúlio Vargas (1882-1954) no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), teve um considerável flerte com proposições realista periféricas. O contexto foi de fortalecimento do papel dos Estados Unidos e do surgimento e consolidação de regimes autoritários na Europa, com destaque para o alemão. Com uma nova guerra se desenhando no horizonte, a primeira postura brasileira, assim como de outras nações americanas, foi de manter a neutralidade. Contudo com constantes pressões externas se fez necessária uma posição (FREITAS, 2018).

Assim, a política externa brasileira nesse momento barganhou acordos comerciais com ambas as potências antagônicas, caracterizando um movimento pendular. As negociações tinham como objetivo fortalecer parcerias comerciais e favorecer interesses nacionais de Vargas em prol do desenvolvimento, em especial do setor industrial. Ao final, o caminho escolhido como mais seguro para a diplomacia e interessante aos objetivos brasileiros foi o de alinhamento aos Estados Unidos e o bloco dos aliados (FREITAS, 2018).

Isto posto, para Escudé (2009) ainda que de forma “subconsciente”, a análise de custos e benefícios tanto para o alinhamento a potência norte-americana quanto a potência européia alemã, seguiu uma lógica de tendências realistas periféricas. O ponto principal aqui

seria a consciência brasileira sobre os limites de seu poder de barganha, e a imprudência de um enfrentamento direto ao não se alinhar, como foi feito pela Argentina.

Ademais, Escudé (2012) adiciona um outro ponto de convergência entre o Realismo Periférico e a política brasileira. Apesar de não ser uma política adotada em momento específico, como o exemplo anterior, a longa tradição de boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos e também com outras grandes potências seria um fator facilitador. Para o autor, a ausência de uma cultura anti-norte americana, a política brasileira teria relativa facilidade em aderir ao realismo periférico.

### **3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE 1995-2002**

Fernando Henrique Cardoso assumiu como 34º Presidente da República em 1º de Janeiro de 1995, sendo o quarto presidente civil a ser eleito após o período da Ditadura Militar (1964-1985). No âmbito interno, a consolidação da democracia e a estabilidade econômica eram tidos como os maiores desafios. Já no âmbito externo, o governo brasileiro enfrentou o desafio de promover uma política externa em meio a transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria, com uma presença marcante da unipolaridade militar norte-americana junto de uma multipolaridade de blocos econômicos (REIS, 2008 p.10).

Isto posto, a presente seção irá apresentar os paradigmas da política externa anteriores ao governo FHC, contrastando com as mudanças na política externa deste. Ademais, serão abordadas as relações do país no cenário internacional, em especial com os Estados Unidos e grandes potências, e o comportamento brasileiro frente ao regime internacional em construção.

#### **3.1 A renovação do paradigma da política externa**

De acordo com Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), até 1988 a política externa brasileira foi marcada pelo paradigma da autonomia pela distância. Esta autonomia era caracterizada por políticas protecionistas, especialmente no campo econômico. Contudo, no passar da década de 1990, a política externa brasileira e seus paradigmas foi estimulada a mudar, devido às alterações no cenário e sistema internacional em meio ao pós-Guerra Fria. Uma nova agenda emergiu, trazendo para o debate internacional temas como: Meio Ambiente, Direitos Humanos, minorias, populações indígenas e narcotráfico. No âmbito econômico, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a vitória

norte-americana, o cenário era marcado pelos princípios neoliberais como a liberalização econômica.

Isto posto, a mudança de paradigma se deu de forma gradual, no final do governo de José Sarney (1985-1990). Entretanto, devido a constantes trocas de ministros na frente do Ministérios de Relações Exteriores, essa mudança da autonomia pela distância para a autonomia pela integração se estabiliza somente no período de Luiz Felipe Lampreia (1995-2000) (CERVO, 2002).

Assim, no governo de FHC, sob o comando de Lampreia, a renovação do paradigma tradicional foi pensada levando em consideração uma perspectiva de futuro com ambiente desfavorável, contra o qual a diplomacia brasileira teria que atuar a longo prazo, adaptando-se a mudanças. Ademais, o objetivo não seria uma adaptação meramente passiva, mas considerando o limite de poder brasileiro, articular com outros Estados e atores, buscando a possibilidade de participação nos assuntos internacionais, por meio da construção de regimes favoráveis ao Brasil e seus interesses nacionais (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003).

Nas palavras do Ministro de Relações Exteriores:

A sociedade brasileira identifica-se com os valores dominantes no ambiente internacional. Não faria sentido, por conseguinte, termos uma política externa cujo eixo principal fosse uma crítica aguda e agressiva da ordem mundial e de seus principais atores, por mais que conheçamos e apontemos a necessidade de mudar, de melhorar a realidade atual das relações internacionais (LAMPREIA, 1998, p. 9).

Em conclusão, ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, o governo buscou substituir a antiga agenda reativa da política externa conhecida pela lógica da autonomia pela distância, por uma nova agenda internacional, proativa, participativa, que ficou conhecida como autonomia pela integração, a qual será esmiuçada a seguir (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003).

### **3.2 A autonomia pela integração**

Letícia Pinheiro (2000), define autonomia em seu sentido político a partir da obra de Russell e Tokaltian, sendo então uma condição do Estado-nação que possibilita articular e alcançar objetivos políticos de forma independente”. Assim, a autonomia de um Estado pode existir entre extremos de uma situação de total dependência ou completa autonomia.

Ademais, o grau de autonomia de um Estado seria caracterizado pela habilidade dele, leia-se capacidade e disposição, em tomar decisões baseadas em seus interesses, necessidades e objetivos próprios sem interferências externas.

O termo autonomia pela integração foi cunhado por Vigevani, Oliveira e Cintra (2003). No artigo intitulado “Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração”, os autores discorrem o que seria para eles a lógica que pautou a política externa de FHC.

Como abordado anteriormente, a política externa do período passou por mudanças de paradigma, com novos direcionamentos e uma nova agenda. Na nova perspectiva do governo, o país buscava um maior controle de seu destino além de uma resolução de seus problemas internos por meio de uma participação ativa no cenário internacional. Com o fim da Guerra Fria, em meio a um cenário de estabilização de uma nova ordem mundial, o país se afastou de um discurso terceiro mundista, e sinalizou uma convergência com os valores do sistema internacional (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003). Para alguns críticos, como Cervo (2002), esse movimento implicou em uma postura subordinada a interesses de grandes potências. Entretanto, para o governo, a convergência de valores e agendas não era um ato de subordinação, mas sim um movimento para evitar o isolamento e fortalecer a própria posição relativa do país no sistema internacional e transformar as oportunidades externas em benefícios internos (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003).

Em resumo, a política externa do governo FHC foi pensada a partir de uma premissa de participação na política internacional. Por meio de uma convergência de interesses internos brasileiros com o *mainstream* internacional, e buscando também uma agenda proativa para participar da construção da ordem mundial, influenciando no limite de seus poderes para que esta também atendesse e fosse interessante ao país. Buscou-se também evitar tensões irremediáveis com potências como os Estados Unidos e outros países, mantendo o caráter pacifista da diplomacia brasileira, além de uma maior atuação e integração no âmbito regional (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003).

#### **4. ANÁLISE DE CASOS**

Visando averiguar a hipótese proposta neste trabalho, determinamos três frentes da política externa brasileira para análise. São elas: a) adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares; b) relação Brasil-EUA e, por fim: c) relação Brasil-Mercosul.

A escolha da adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), se justifica pela exemplificação da adesão brasileira ao regime internacional. Governos anteriores haviam se aproximado ou afastado da adesão, contudo é somente no período FHC que esta é sacramentada. Já a escolha das relações Brasil-EUA se faz pelo contexto do período, com a queda da União Soviética na década de 1980 e a ascensão dos Estados Unidos como potência mundial vencedora da Guerra Fria. Por fim, a escolha das relações Brasil-Mercosul diz respeito ao âmbito regional das relações brasileiras e que tiveram considerável importância durante o governo analisado.

Ademais, esta seção busca relacionar as frentes de política externa escolhidas, com os conceitos básicos do Realismo Periférico apresentados na segunda seção e que serão retomados nesta.

#### **4.1 Adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares**

Criado em 1962 e aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1968, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), com início de sua vigência em 1970, é considerado um instrumento basilar para a diplomacia nuclear (OTONI, 2013). Inicialmente, o Brasil manteve uma posição cética quanto ao TNP, recusando-se a assiná-lo em 1968. A justificativa então era de que o tratado representava uma tentativa de congelamento da estrutura internacional de poder, contendo potências emergentes como o Brasil. A recusa inicial se deu especialmente por razões psicológicas e um nacionalismo sentimental que viam a assinatura do tratado como uma espécie de “ameaça colonialista” (STUENKEL, 2010; ROSENBAUM; COOPER, 1970).

Durante os anos 1980, em meio a ditadura militar (1964-1985), o Brasil aparentou cogitar o desenvolvimento de bombas nucleares, partindo de um argumento que o TNP não promovia o equilíbrio e reciprocidade entre os países signatários. Contudo após a redemocratização, mais especificamente em 1990 durante o período Collor, o programa nuclear foi oficialmente repudiado e a inspeção internacional se tornou norma, e foram iniciadas as obras para fechar o túnel nuclear para testes de armas construídas pelo regime militar. Essa sinalização inicial de adesão ao regime de não proliferação já representava um avanço na reintegração brasileira à comunidade internacional após o período da ditadura (STUENKEL, 2010).

O Brasil sob o comando de FHC se mostrou consideravelmente ativo nos debates referentes a políticas de desarmamento. Em um primeiro momento foram assinados o Regime

de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) e o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) (OLIVEIRA, 2010). Em junho de 1997, FHC solicita ao Congresso Nacional a autorização para que o país integrasse o TNP, um ano depois, em 13 de julho de 1998 que o então presidente dá o passo decisivo e assina os instrumentos de adesão. Por mais que tal movimento tenha apenas consolidado e formalizado um compromisso com o desarmamento e a não-proliferação já sinalizado anteriormente, o ato teve significativa importância política (LAFER, 1998).

Neste âmbito da política externa de FHC, infere-se que aceitar esses consensos acarretaria benefícios ao Brasil. A política de conformidade para com a área do desarmamento seguia a lógica de que uma não aceitação das regras do jogo internacional nas questões de segurança, o qual era concebido por grandes potências, traria custos proibitivos. Dessa maneira, ao associar-se às negociações e aos benefícios dos regimes de não-proliferação e desarmamento, o Brasil alinhou seu regime de segurança nacional ao regime de segurança internacional, fortalecendo suas credenciais junto à sociedade internacional (OLIVEIRA, 2010).

Ademais, a decisão brasileira em aderir ao regime de não-proliferação nuclear é tido como um claro exemplo da política de autonomia pela integração. O Brasil em sua renúncia ao 'direito' de produzir bombas atômicas, cumpriu o objetivo prioritário da política externa do governo de resgatar a credibilidade externa do país. Os benefícios dessa ação se traduziram rapidamente no aumento do respeito da comunidade internacional e no convite do G-8 para participação brasileira nos esforços de encontrar soluções para tensões asiáticas (LAMPREIA, 1998).

#### **4.2 A relação Brasil-Estados Unidos**

A relação entre esses países pode ser caracterizada como central para o Brasil. Ao longo do século XX, as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos passaram por diferentes momentos e posicionamentos por parte de ambos os países. Desde aproximação à indiferença, desconfiança à aliança militar, cooperação à competição. Além disso, os EUA como potência hemisférica e potência mundial pós-Segunda Guerra Mundial, esteve presente em praticamente todos os momentos importantes da diplomacia brasileira (ALMEIDA, 2011).

A busca por uma melhora nas relações entre Brasil e Estados Unidos teve início já no primeiro ano de mandato de FHC. A política do presidente foi, visando uma melhor inserção



internacional do Brasil, levou em consideração o contexto internacional de preponderância dos Estados Unidos. Tal leitura do cenário internacional se traduziu no explícito reconhecimento da importância da manutenção de boas relações com a potência (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003). Nas palavras de FHC “os Estados Unidos são nosso parceiro fundamental, por causa da posição central desse país” (O Estado de S. Paulo, 1995).

Alguns fatores favoreceram a mudança das interações entre os países. Nesse sentido destaca-se a respeitabilidade ganha pelo Brasil no âmbito democrático, humanitário, e nuclear. Também houve um favorecimento dada a conjuntura do próprio cenário internacional, com a transição entre o velho sistema da Guerra Fria e uma nova ordem internacional ainda indefinida e permeada pelo aprofundamento da globalização (ALMEIDA, 2004).

No decorrer dos oito anos de governo de FHC, a mudança no tratamento recíproco dos dois maiores países do continente americano foi visível. A melhoria diplomática foi alimentada em especial pelo bom relacionamento entre os presidentes FHC e William J. Clinton, trazendo benefícios não só a política externa como a política interna brasileira. Aqui se faz válido exemplificar com o apoio decisivo dos EUA ao auxílio financeiro preventivo pleiteado pelo Brasil no FMI que buscava conter as ondas da crise financeira dos anos 1990 (ALMEIDA, 2011).

Além disso, seguindo a proposta de adesão às políticas econômicas do *mainstream* internacional de caráter neoliberal, o governo FHC operou mudanças constitucionais e infraconstitucionais buscando uma melhora no ambiente de negócios para as multinacionais no Brasil. Tal visão refletiu diretamente no processo de privatizações e ampla abertura a investidores estrangeiros nas licitações de inúmeras empresas estatais, em especial nos segmentos de telecomunicações e eletricidade (ALMEIDA, 2011).

Em uma frente oposta de maior divergência das relações de ambos os países, encontram-se as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No início do governo FHC, a ALCA mostrou-se uma possível integração do Brasil à economia dos Estados Unidos. Contudo, com o decorrer de inúmeras Cúpulas e Reuniões Ministeriais, percebeu-se que a intenção estadunidense era em realidade ampliar seu comércio fazendo uso de agências internacionais. Assim, apesar da intenção brasileira de aproximação entre as potências tendo em vista possíveis benefícios, a pressão norte-americana para a efetivação da ALCA colocou o Brasil frente a divergências para com a potência, em especial com relação a seus planos quanto ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) (MONTEIRO, 2020).

Da maneira em que foi concebida pelo governo dos EUA, a ALCA atendia muito mais aos interesses empresariais estadunidenses, implicando em uma significativa perda de autonomia no âmbito da política econômica para o Brasil. Assim, o Brasil ao aderir à ALCA estaria se comprometendo a manter seu mercado interno aberto à exportações dos EUA e outros países do continente americano, expondo as empresas brasileiras a uma concorrência entre desiguais (BATISTA, 2003). Ademais, a integração no âmbito do Mercosul parecia ao Brasil muito mais vantajosa comparada aos planos norte-americanos para a ALCA. De acordo com estudos feitos na década de 1990, a concordância brasileira para com a proposta de integração econômica norte-americana implicaria muito mais em um crescimento das importações dos EUA para o Brasil do que um crescimento de exportações do segundo para o primeiro (CARVALHO et al., 1998).

Já no final do período FHC, em 2001, com a posse da nova presidência nos EUA, as relações entre este e o Brasil sofreram alterações. Os principais fatores para as mudanças foram o viés unilateralista do presidente eleito George W. Bush, a prioridade às relações com a Eurásia e, após o 11 de setembro, a securitização da agenda norte-americana que desencadeou a instalação de bases militares dos EUA na América do Sul. A somatória destas ações distanciaram ainda mais os EUA dos demais países do continente (PECEQUILO, 2008).

Em resposta à movimentação da potência americana, a política externa brasileira alterou seu curso, passando a focar mais em uma reintegração da América do Sul com países emergentes como por exemplo Rússia, China e Índia. Em meio a isso, se intensificou o discurso de FHC acerca da “globalização assimétrica”, além de uma intensificação dos esforços pela integração do Cone Sul (PECEQUILO, 2008).

### **4.3 A relação Brasil-Mercosul**

O tema da integração regional não foi uma novidade para a diplomacia brasileira. O pensar na necessidade da integração regional remonta os debates da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) nos anos 1950. Após inúmeros tratados em prol da aproximação dos países da América do Sul, somente em março de 1991 que foi criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul), através do Tratado de Assunção, firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (REIS, 2008).

A consolidação de uma política brasileira voltada ao seu entorno no governo FHC, coincidiu com os interesses do governo argentino de Carlos Menem. A aproximação destes

países foi a espinha dorsal da integração regional, e seu efeito em prol do fortalecimento do regionalismo favoreceu ao Brasil a adesão a normas e regimes internacionais, e em alguma medida o fortalecimento do *soft power*<sup>11</sup> do país (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003). Para o Brasil, o Mercosul representou um dos principais meios de inserção estratégica no sistema internacional que se delineou no pós-guerra fria. Neste sentido, aos olhos da política externa de FHC, o fortalecimento do Mercosul iria permitir não só uma melhora das relações regionais, mas também relações mais concretas e positivas para com outros países do mundo, em especial Estados Unidos e União Européia (REIS, 2008).

Nas palavras do então Ministro das Relações Exteriores:

O Mercosul tem comprovado que a integração regional favorece a liberalização comercial global. O processo de integração acelerou a exposição das economias dos países-membros a concorrência e contribuiu para convencer os setores produtivos locais dos benefícios de maior participação no comércio internacional, mediante a diversificação das possibilidades de acesso a mercados - tanto compradores quanto fornecedores -, da conseqüente dinamização da atividade econômica, da melhoria da competitividade e da atração de investimentos (LAMPREIA, 1995, p.191).

O Mercosul marcou um primeiro movimento de integração sul-americano que logrou obter resultados positivos aos países integrantes, em especial em meio ao novo contexto de crescente globalização (VIZENTINI, 2007). O bloco serviu de contraposição ao poder regional norte-americano, se consolidando como um espaço alternativo à liderança estadunidense e fortalecendo a presença brasileira e seu poder de barganha até mesmo em espaços extra-regionais. O bloco também foi usado em especial para manejar as negociações entre os países da região com a proposta estadunidense da ALCA, visando um acordo que melhor atendesse aos interesses brasileiros (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003; REIS, 2008).

#### **4.4 A Política Externa de FHC e o Realismo Periférico**

Neste tópico, retomaremos a discussão apresentada na segunda seção acerca das bases normativas e teóricas do Realismo Periférico, para assim relacionar os casos de política externa caracterizados nos três tópicos anteriores, buscando a comprovação da hipótese do presente trabalho.

---

<sup>11</sup> Conceito apresentado por Joseph Nye (2004) referente ao poder de um Estado em atrair e persuadir outros.

Iniciando a análise pelo movimento brasileiro em assinar o TNP em 1998, a correlação às normativas do Realismo Periférico se dá de forma consideravelmente clara. Escudé (2012, p. 34) aponta entre as principais ações a serem tomadas pela Argentina e países periféricos a “3. Ratificação do Tratado de Tlatelolco para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear”. Portanto, percebe-se uma convergência das ações brasileiras durante o governo FHC, ao “cumprir” um dos requisitos de alinhamento à ordem internacional, como proposto pelo Realismo Periférico.

Avançando para o segundo caso, sobre a relação brasileira para com os Estados Unidos, nota-se desde início um pensar desta relação a partir do reconhecimento da posição do país como a maior potência mundial no contexto do fim da Guerra Fria, como exposto por Vigevani, Oliveira e Cintra (2003). Ainda que o Brasil não possuísse uma tradição anti-americana, como a Argentina, a melhora das relações durante o governo FHC denotou um movimento importante para a inserção internacional brasileira.

A política externa do governo, que visava uma melhor inserção e participação no cenário internacional, ao reconhecer sua posição mais periférica e visar se tornar um player internacional de maior importância, seguiu um dos pensamentos basilares do Realismo Periférico. De acordo com a teoria, ao compreender a posição periférica, o Estado em questão deve evitar confrontos diretos com grandes potências, não implicando em um alinhamento automático e acrítico, mas sim um movimento inteligente de aproximação e boas relações (ESCUDE, 2012).

Ademais, como supracitado o Realismo Periférico advoga por um comportamento que evite o conflito desnecessário, resguardando desgastes para divergências que tenham grandes impactos econômicos ou no bem-estar e interesse da população (ESCUDE, 2012). Isto posto, nota-se que um momento de discordâncias de interesses entre Brasil e EUA pode ser interpretado a partir deste pensamento. Como mencionado acima, a consolidação da ALCA na década de 1990 foi objeto de interesse norte-americano, visando a possibilidade de expansão de seu comércio (MONTEIRO, 2020). Contudo os objetivos da integração não se traduziam nos interesses brasileiros, pois esta se mostrava muito mais benéfica aos Estados Unidos do que a economia brasileira (CARVALHO et al., 1998). Em conclusão, apesar da significativa convergência brasileira à agenda norte-americana, o país não teve um alinhamento acrítico, reservando a situações como as negociações da ALCA, um distanciamento dos interesses estadunidenses por estes não convergirem com interesses econômicos brasileiros.

Por fim, o último caso escolhido da política externa de FHC a ser analisado é referente às relações brasileiras com o Mercosul. Apesar de não possuir uma diretriz específica acerca da integração regional, ao longo das obras de Escudé, em especial suas atualizações sobre esta como o artigo de 2012, é pontuada a importância do fortalecimento da integração regional, visando em especial um balanceamento e poder de negociação frente a grandes potências mundiais. Desta maneira, infere-se que a escolha do governo de FHC em fortalecer as relações com seus vizinhos, traduzidas nos esforços do Mercosul, visando um aumento de poder de barganha brasileiro no cenário internacional, se relaciona significativamente com o preceito do Realismo Periférico.

Em conclusão, com base nas análises feitas acima, infere-se que ainda o Realismo Periférico tenha sido pensado a partir da Argentina, e ainda que esta possuísse trajetória histórica diferente da brasileira, o período histórico em que a teoria foi pensada corroborou para semelhanças no comportamento dos países. Do ponto de vista das políticas implementadas, Argentina e Brasil seguiram uma direção semelhante. Em outras palavras, ambos os países redirecionaram sua política externa se adaptando ao cenário da globalização e transformações no sistema internacional.

Ademais, o reconhecimento da posição brasileira frente a um novo contexto de multipolaridade e destaque para o poderio e influência estadunidense no pós Guerra Fria foi chave para associação do pensamento realista periférico às ações brasileiras. E, ainda que possua suas limitações, o realismo periférico traz um debate importante quanto ao alinhamento de países como o Brasil a grandes potências, advogando por uma convergência consciente, e não meramente uma subserviência por alinhamento acrítico. Assim, o Brasil durante o período FHC, ao convergir com políticas de grandes potências, buscou não só evitar conflitos e custos desnecessários, mas sim uma oportunidade de melhoria das relações e de sua posição como *player* no cenário internacional, mantendo-se fiel aos interesses nacionais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo buscou por meio da análise de fontes primárias e da bibliografia existente trazer uma interpretação da política externa brasileira para além do pensamento tradicional. O estudo das Relações Internacionais pode ser feito a partir de muitas lentes e nenhuma destas logra explicar a totalidade dos acontecimentos do campo de estudo das RI. Logo a escolha de qual lente, ou seja, qual teoria utilizar, se dá a partir da busca pela que

melhor explique um fenômeno, comportamento ou política. A escolha do Realismo Periférico, para além de seu surgimento temporalmente próximo a eleição e governo de FHC, tem uma proposta política, de se pensar as relações e políticas de países sul americanos a partir de propostas teóricas de pensadores sul americanos.

A mudança do paradigma da política externa brasileira durante o governo FHC não teve uma alteração em 180° como a ocorrida na Argentina, porém foi essencial para a melhora da imagem e aumento da credibilidade brasileira. Os casos escolhidos demonstraram em três frentes dos esforços brasileiros para esse objetivo: regimes internacionais, com a adesão ao TNP; relações bilaterais com uma potência mundial, exemplificada nas relações Brasil-EUA; e relações multilaterais com países regionais, com as relações Brasil-Mercosul.

Como debatido ao longo do artigo, apesar de não ser assumidamente a corrente teórica vigente nas políticas do governo Fernando Henrique, o Realismo Periférico logra explicar ações importantes do período. Ainda que a teoria tenha sido pensada para a vizinha Argentina, o contexto de ascensão do pensamento neoliberal, fortalecimento da globalização e alterações do cenário internacional com o fim da Guerra Fria, favoreceram um pensar semelhante ao Brasil. Assim, mesmo com significados internos diferentes, as políticas adotadas pelos países tiveram considerável semelhança.

Ao longo das análises feitas, percebe-se a importância política da adesão ao TNP, pois apesar de sinalizações de concordância com o regime de proliferação, ao assinar o tratado o Brasil formaliza uma convergência aos valores internacionais e exemplifica o interesse do país em uma melhor inserção como *player* internacional. Ademais, a adesão aos regimes internacionais teve efeitos diretos em uma melhora das relações brasileiras com os EUA. Ainda que tradicionalmente o primeiro mantivesse boas relações com o segundo, no contexto da formulação de uma nova ordem mundial e multipolaridade, a busca por uma aproximação e amistosidade com a potência continental e mundial foi uma decisão frutífera ao Brasil, deixando de lado um discurso terceiro mundista e buscando pela integração conseguir uma participação no desenho das relações internacionais. Por fim, as relações com o Mercosul tiveram uma significativa convergência com os países vizinhos, em especial a Argentina, que passando também por alterações em sua política externa enxergou, assim como o Brasil, a integração regional como uma possibilidade de balanceamento das relações dos integrantes com as potências mundiais.

O reconhecimento da posição e o interesse em aumentar o poder de barganha frente a uma nova multipolaridade foi central para que a política externa brasileira de FHC conduzisse as relações do país de forma participativa, sem drásticos enfrentamentos com

grandes potências, buscando o fortalecimento de suas relações com estas, junto de um balanceamento por meio da integração regional. Por fim, ainda que um significativo alinhamento tenha ocorrido, é interessante pensar para além de uma mera subserviência, e entender como um movimento de convergência consciente. Ao alinhar políticas brasileiras a de grandes potências, o Estado não buscou meramente seguir a cartilha ditada, mas trabalhar sua posição melhorando suas relações, almejando interesses particulares bem como pensando em um futuro de melhor inserção e influência internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACHARYA, A.; BUZAN, B. **Why is there no non-western international relations theory? Ten years on.** *International Relations of the Asia-Pacific*, v. 17, n. 3, p. 341-370, 2017. Disponível em:

<<https://academic.oup.com/irap/article-abstract/7/3/287/749880?redirectedFrom=fulltext>>

Acesso em : 10 dez. 2022.

ALMEIDA, P. R. **As relações Brasil-Estados Unidos durante os governos FHC.** 2011. Disponível em:

<[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/32813026/1413RelBrEUAGovFHCBookEduem-libre.pdf?1391128784=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3D089\\_As\\_relacoes\\_Brasil\\_Estados\\_Unidos\\_du.pdf&Expires=1673546260&Signature=Ft00lyEVmEYkHktf4Oq4Dw-FQ7x4z3tCewZeCtaJztYpA~MwI3Ju6k4eqztsFQT0IRLeQwHi6dlEskI6vjTaAFK3kIH2brmZvRmr~CYWTx3huSMaiuuRqB2MmX9HvLPdRSEGLxUQdEZLTVZKTKvqRFP CdJRMpo2mWbAWIHRLbZ5nE4oRuIO5puCeFFRLMXTDeIc0Yvziw8KxoMVbSXX9e~cKE~z7a6aYCjs8hR31cSOqOO3kMee1v~zwIy52CX8tNbWoyCVs9uXBMDhmiHU8sAlc30yeTncaVhH5pRlcaQhQuPSEwV4b0nBTnaFI1g6ZUNJICAGn27gG4sRde9q~A\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/32813026/1413RelBrEUAGovFHCBookEduem-libre.pdf?1391128784=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3D089_As_relacoes_Brasil_Estados_Unidos_du.pdf&Expires=1673546260&Signature=Ft00lyEVmEYkHktf4Oq4Dw-FQ7x4z3tCewZeCtaJztYpA~MwI3Ju6k4eqztsFQT0IRLeQwHi6dlEskI6vjTaAFK3kIH2brmZvRmr~CYWTx3huSMaiuuRqB2MmX9HvLPdRSEGLxUQdEZLTVZKTKvqRFP CdJRMpo2mWbAWIHRLbZ5nE4oRuIO5puCeFFRLMXTDeIc0Yvziw8KxoMVbSXX9e~cKE~z7a6aYCjs8hR31cSOqOO3kMee1v~zwIy52CX8tNbWoyCVs9uXBMDhmiHU8sAlc30yeTncaVhH5pRlcaQhQuPSEwV4b0nBTnaFI1g6ZUNJICAGn27gG4sRde9q~A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)>. Acesso em: 28 dez. 2022.

ALMEIDA, P. R. A relação do Brasil com os EUA: de FHC-Clinton a Lula-Bush. **Reformas no Brasil: balanço e agenda**, p. 203, 2004. Disponível em: <<https://www.academia.edu/download/32804528/1066RelBrEUABookReform2004.pdf>>.

Acesso em: 28 dez. 2022

Batista Jr, P. N. (2003). A Alca e o Brasil. **Estudos Avançados**, 17(48), 267-293. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9936>> Acesso em: 26 dez. 2022.

BUSSO, A.; BOLOGNA, A. **La política exterior del gobierno de Menem: seguimiento y reflexiones al promediar su mandato.** Rosário: Ediciones CERIR, 1998. Disponível em: <<http://www.publicacionescerir.com/pdf/Libros/PEAGobiernodeMenemTomoI.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

CARVALHO, A.; LERDA, S.; PARENTE, A. M.; MIYATA, S. A. Impactos da integração comercial: Brasil x Estados Unidos. **Revista de Economia do Nordeste**, jul. 1998. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2757/1/TD%20646.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2023.

CARVALHO, J. S. **A influência do realismo periférico nas relações entre Argentina, Brasil e Chile da hostilidade à cooperação.** 2010. 94 folhas. Dissertação de mestrado em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo. 2010. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-17122012-124735/pt-br.php>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

CERVO, A. L. Relações Internacionais do Brasil. Um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n.45: , p.5-35, 2002 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/DmJzPS7FgBY9YvsCj5bKNZz/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 2 nov. 2022

CORIGLIANO, F. **Veinte años no es nada.** Un balance de los debates teóricos acerca de la política exterior argentina”, paper presentado para el 20o Aniversario de la Maestría de Relaciones Internacionales de FLACSO-Argentina. Buenos Aires: 2006.

ESCUDE, C. **Realismo periférico: Una filosofía de política exterior para estados débiles.** [ECONSTOR Make your publications Visible]-[ZBW Leibniz-informationszentrum Wirtschaft Leibniz Information Centre for Economics], Buenos Aires, n.406, 2009. Disponível: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/84464/1/612320944.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2022.

ESCUDE, C. **Principios de realismo periférico: una teoría argentina y su vigencia ante el ascenso de China.** Argentina: Lumiere, 2012. Disponível em : <[https://www.academia.edu/6307390/Principios\\_de\\_realismo\\_perif%C3%A9rico\\_una\\_teor%C3%ADa\\_argentina\\_y\\_su\\_vigencia\\_ante\\_el\\_ascenso\\_de\\_China](https://www.academia.edu/6307390/Principios_de_realismo_perif%C3%A9rico_una_teor%C3%ADa_argentina_y_su_vigencia_ante_el_ascenso_de_China)> Acesso em: 2 nov. 2022.

FREITAS, A. G. Oswaldo Aranha e a política pendular de Vargas no Estado Novo. **Periódicos UFES**, 2018. Disponível em:<<https://www.periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23088>> . Acesso em: 10 dez. 2022.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, n.76 Brasília, 2018. Anais... Brasília: Ministério das relações exteriores, 1995. Disponível em: <[https://antigo.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB\\_76\\_jan\\_jun\\_1995.pdf](https://antigo.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_76_jan_jun_1995.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2022.

GOSENDE, H. E. **Modelos de política exterior argentina:** alternativas para salir del modelo conservador-menemista. Buenos Aires: Libros de Tierra Firme, 2007.

HOFFMANN, S. *An American Social Science: International Relations Daedalus*, Cambridge, MIT Press n.106 v. 3, 1977.

MOREIRA JR., H. Contestando a “Ciência Social Norte-Americana”: críticas à postura conservadora das teorias do mainstream das Relações Internacionais / Disputing the "American Social Science": critical to conservative stance of the mainstream theories of IR. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 1, n. 3, p. 448–480, 2013. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/2518>>. Acesso em: 1 dez. 2022.



INOUE, C.; TICKNER, A. B. Many worlds, many theories?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n.2, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/RKBj65FZSFbbCWNd5snBZcK/?format=pdf&lang=en>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

LAFER, C. As novas dimensões do desarmamento: os regimes de controle das armas de destruição em massa e as perspectivas para a eliminação das armas nucleares. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, 1998. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/laferdesarmamento.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.41, n.2 p. 5-17, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/YFcDnF8XTFFHSv7gRSZLV8K/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MONTEIRO, N. M. **A relação bilateral Brasil-Estados Unidos durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002):** Análise da ALCA. 2020. 88f . Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.589>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

NYE JR, J. S. **Soft power: The means to success in world politics**. Public affairs, 2004.

O ESTADO DE S. PAULO . (1995), “EUA são o parceiro fundamental, diz FHC”, 24set., p. A5.

OLIVEIRA, L. T. F. **A adesão do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear:** um estudo da política externa e da política nuclear brasileiras na década de 1990. 2014. 162f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

OTONI, O. **Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – TNP:** potencialização de diferenças na geopolítica global. 2013. 61f. Monografia (Licenciatura em Geografia)—Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/6273>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, p. 136-156, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/JzDTpX6cTKThqB3HRScTVKv/?lang=pt&format=html#>> Acesso em: 23 dez. 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Do alinhamento e autonomia ao engajamento e contenção: o repensar das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 21, n. 32, p. 92-114, 2014.

PEREIRA, D. C.; ROCHA, R. A. Debates teóricos em Relações Internacionais: origem, evolução e perspectiva do “embate” Neo-Neo. **Monções: Revista de Relações**

**Internacionais da UFGD**, v. 3, n. 6, p. 313-328, 2015. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3919/2133>> Acesso em: 1 dez. 2022.

PINHEIRO, Leticia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto internacional**, v. 22, n. 2, p. 305, 2000. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/2de18f9cea48a9f4056afcd269d19f90/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1936339>> Acesso em: 1 fev. 2023.

REIS, A. L. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica**: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). 2008. 360f. Tese (Doutorado em Ciência Política) Pós graduação em Ciência Política Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14743>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

REIS, A. L. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Carta Internacional**, v.7, p.20–34, 2012. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/8>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

ROCHA, M. S. As Bases Ideológicas do Realismo Periférico na Política Externa Argentina. **Mural Argentino**, Rio de Janeiro, v. 6, p.116-130, 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/18439/13633>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ROSENBAUM, H. J.; COOPER, G. M. Brazil and the Nuclear Non-Proliferation Treaty. **International Affairs**, v. 46, n. 1, 1970. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/18439/13633>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

STUENKEL, O. Identidade, status e instituições internacionais: o caso do Brasil, da Índia e do tratado de não proliferação. **Contexto Internacional**, v.32, n.2, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cint/a/BpGrw39FtNtN8RpFRFWMM3s/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

TICKNER, A. Seeing IR differently: notes from the Third World. **Millennium**, v. 32, n. 2, p. 295-324, 2003. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298030320020301>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº2.864, de 7 de dezembro de 1998. Promulga o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, 1º de julho de 1968. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2864.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2864.htm)>. Acesso em: 23 dez. 2022.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v.15, n.2, p.31-61, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/mvGDVSGydOkVyxxCSjxyQ9f/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 1, n. 1, p. 82-94, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/15914/14203>>. Acesso em: 23 dez. 2022.